

CORREIO NACIONAL

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL



Objetivo é traçar metas para eliminar a doença até 2030

## Estudo sobre hepatites virais traça panorama da doença em onze anos

Pesquisadores do Einstein Hospital Israelita analisaram 200 trabalhos científicos publicados entre 2013 e 2024, com dados de mais de 14,5 milhões de pessoas, e traçaram um panorama das hepatites virais no Brasil. A pesquisa faz parte do projeto Caracterização de Hepatites Virais em Populações Vulnerabilizadas, desenvolvido pelo Einstein no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS). O objetivo é gerar conhecimento para fortalecer estratégias de prevenção e cuidado que possam contribuir para que o Brasil alcance a meta de eliminar as hepatites virais até 2030. O estudo foi publicado na revista científica internacional PLOS ONE. Foram analisados dados referentes a todas as hepatites virais: A, B, C, D e E.

### Campanha Nacional de Multivacinação

A Campanha Nacional de Multivacinação 2026 teve início nesta segunda-feira (3), em todo o Brasil. A mobilização segue até o dia 1º de setembro com o objetivo de aumentar a cobertura vacinal. A vacinação é gratuita pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e está disponível em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e pontos de vacinação de todo o país. Quem está com o esquema vacinal incompleto pode aproveitar a campanha para tomar as doses.

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL



Quem estiver com a caderneta incompleta pode aproveitar

### Chamada a pesquisas sobre endometriose

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) abriu chamada pública para subsidiar pesquisas científicas e o desenvolvimento de tecnologias e produtos inovadores para endometriose, dor pélvica e saúde menstrual, com foco em soluções aplicáveis no SUS. Interessados podem se inscrever até 12 de agosto. As propostas selecionadas serão financiadas por meio de investimento de R\$ 50 milhões provenientes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

### Amamentação reduz risco de doença cardíaca

A amamentação reduz em cerca de 11% a chance de a mulher desenvolver uma doença cardiovascular, destaca a Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC). “A mulher que amamenta por mais tempo tem também redução desses fatores de risco: 12% menos risco de AVC, 14% menos risco de infarto”, destaca a vice-presidente do Departamento de Cardiologia da Mulher da SBC, Alexandra Oliveira de Mesquita.

### CNU 2: Nova classificação

Uma nova classificação de candidatos aprovados para parte dos cargos da segunda edição do Concurso Público Nacional Unificado foi divulgada pela Escola Nacional de Administração Pública, vinculada ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. São 702 pessoas classificadas, sendo 242 em vagas imediatas remanescentes.

### CNU 2: Nova lista

A nova lista reflete a movimentação da fila. A escola de governo do poder Executivo federal justifica que a reclassificação dos candidatos foi necessária para recompor as vagas não preenchidas nas convocações anteriores do CNU 2 e também pelo preenchimento de vagas adicionais no certame, estas autorizadas pelo MGI.

### Fies 2026 I

Os pré-selecionados ao Fies para o segundo semestre tem até terça-feira (4) para complementar dados informados na inscrição. Os estudantes devem fazer o procedimento no site do Fies Seleção. É preciso fazer o login do portal Gov.br. A lista de pré-selecionados está disponível no Portal Único de Acesso ao Ensino Superior.

### Fies 2026 II

O Fies visa ampliar acesso ao ensino superior, ao conceder financiamento a estudantes em cursos superiores de instituições de educação superior privadas que participam do programa. Em 2026, foram disponibilizadas 75,5 mil vagas, distribuídas em 1,3 mil instituições privadas de educação superior para ingresso em 28,8 mil cursos e turnos.

### Celpe-Bras

As inscrições para a segunda edição de 2026 do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) vão até a quinta-feira (6). Os interessados em fazer o exame devem se inscrever pelo Sistema Celpe-Bras do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

### Encceja 2026

Os candidatos ao Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) 2026 já podem consultar a Cartilha do Participante – Redação, disponível no portal do Inep. A prova está marcada para o dia 23 de agosto, junto com a parte objetiva do exame regular no Brasil.



Emenda excluiria casos de opinião da Lei da Misoginia

# Emenda tenta proteger misoginia se for “opinião”

## Proposta altera projeto que está em análise na Câmara dos Deputados

Por **Beatriz Cicci**

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou uma emenda de Plenário do deputado federal Capitão Alden (PL-BA) que altera o projeto de lei (PL) 896/2023, o PL da Misoginia, e, também a Lei do Racismo.

A emenda foi proposta no dia 14 de julho, logo antes do recesso do Congresso Federal e aguarda o retorno das atividades legislativas para continuar sua tramitação. No entanto, a modificação à lei que criminaliza o racismo, de 1989, gerou debates devido ao entendimento de que a emenda justificaria casos de misoginia, racismo e homofobia se fossem demonstrações de “opinião”.

Segundo o requerimento apresentado pelo deputado, “não configura o crime previsto neste artigo manifestação de opinião, convicção religiosa, filosófica, científica, acadêmica ou política”.

A norma especifica que a medida só é válida caso a situação “não constitua incitação direta e inequívoca à violência ou à prática de discriminação vedada por esta lei”. O texto ainda propõe que o PL da Misoginia passe a punir a “prática dolosa de discriminação contra mulheres em razão de seu sexo”.

O autor argumentou que a medida preservaria o objetivo de combater práticas discriminatórias contra mulheres, mas com maior precisão jurídica e menor risco de subjetividade penal.

Em reação, a deputada Erika Hilton (Psol-SP) se manifestou nas redes sociais, declarando que a emenda seria uma tentativa de enfraquecer a legislação antirracista do país.

Segundo a doutora em Direito e pesquisadora na área de gênero, direitos humanos e interculturalidade, Riva de Freitas, há uma possibilidade concreta de a emenda ser aprovada. Porém, ela avalia que essa decisão seria contrária aos princípios democráticos, de liberdade e de igualdade previstos na Constituição de 1988, cujo “núcleo estruturante toma como base a dignidade da pessoa humana, a igualdade material e a proteção reforçada dos grupos historicamente vulnerabilizados”.

A pesquisadora explica que o constitucionalismo brasileiro foi construído para impedir novas formas de exclusão social. Assim, a emenda – que priorizaria a liberdade de expressão – não seria condizente com o objetivo da lei.